

Xiitas cantam vitória na Ordem Social



28/5/87

Vencido no parecer, Távola denuncia ingerências

Távola diz que Sarney interfere na comissão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O presidente Sarney cometeu um erro grave ao invadir os trabalhos desta Casa em favor de seus interesses menores. O Executivo nos empurra, interfere, divide e nos separa." A declaração, em tom de desabafo, foi feita ontem pelo deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes. Frustrado por não ter conseguido a votação de nenhum artigo de seu substitutivo, ele acrescentou: "Me dói ver um homem na condição de Sarney, incapaz de ver sua tarefa conduzida de forma a ajudar na elaboração de uma Constituição voltada para o País".

O relator criticou também o ministro das Comunicações ("O projeto da comissão não saiu por falta de cultura de Antônio Carlos Magalhães"), e o seu próprio partido ("Não posso negar que assisto ao enterro de um sonho e parte da culpa atribuo ao PMDB, que não conseguiu ainda encontrar um caminho de unidade para seguir nesta Casa"). Depois, citou o exemplo de seu relatório, "que foi derrotado com 13 votos do PMDB".

A Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia encerrou seus trabalhos na madrugada de ontem sem conseguir encaminhar nenhum anteprojeto à Comissão de Sistematização. A questão polêmica que dividiu o grupo de

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Às 5 horas da manhã de ontem, os xiitas da Comissão Social comemoravam a vitória das propostas "avançadas" em relação às que vigoram e também a vitória das manobras contra os que tentaram obstruir a aprovação do substitutivo do relator Almir Gabriel. Nesse horário terminaram os trabalhos da comissão, que acabou por aprovar questões polêmicas como estabilidade no emprego, jornada semanal de trabalho de 40 horas e até reforma agrária. Esta apareceu numa emenda aditiva do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), dando "a todo trabalhador rural o direito assegurado à propriedade de forma individual, cooperativa, condominial, comunitária ou mista, para o desenvolvimento de suas atividades". A emenda determina ao Estado fazer "a desapropriação das terras necessárias ao cumprimento do artigo, mediante a indenização por títulos da dívida agrária".



A falta de tempo obrigou os integrantes da Comissão de Ordem Social a abandonar, às 18 horas do domingo, a análise separada de cada um dos 110 artigos do relatório do senador Almir Gabriel. Até aquele momento, só dois artigos haviam si-

forma irreversível foi o artigo do substitutivo que constituía o monopólio da União para a exploração de serviços públicos de telecomunicações. Os xiitas não abriam mão do dispositivo, enquanto a maioria liberal considerava a proposta um exagero, por ser estatizante. Depois de três dias de completo impasse, a comissão foi encerrada sem relatório, o que deve ser feito pela Sistematização.

Para alguns parlamentares, todo o trabalho realizado nas subcomissões foi inutilizado porque começou pelo confronto e não pela negociação. No início da madrugada, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-PB) entregou ao presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), o substitutivo de Artur da Távola, "em nome da resistência democrática deste país", para ser encaminhado à Comissão de Sistematização. Ao mesmo tempo, o grupo que derrubou o substitutivo também entregou a Gadelha um documento contendo suas principais posições, para, da mesma forma, ser enviado à Sistematização.

Com o objetivo de suprimir o artigo que determinava o monopólio, o deputado Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), em nome do grupo liberal, pretendia que fosse aprovado o seguinte substitutivo: "Constitui monopólio da União o serviço postal", com a justificativa de que "não incluímos os serviços públicos de telecomunicações somos partidários do modelo atual, que tem dado certo e garantindo o sucesso do setor". A atual Constituição prevê que "compete à União explorar diretamente, ou sob concessão, os serviços de telecomunicações".

do apreciados. A falta de tempo levou também os integrantes da comissão a tentar o consenso, esquecendo até antagonismos.

Mesmo assim houve quem tentasse usar do regimento para obstruir os trabalhos da comissão. A tese de encerrar as atividades à meia-noite — o que invalidaria tudo até ali alcançado e deixaria o relatório a cargo da Comissão de Sistematização — prevaleceu até as 23 horas. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, defendeu do plenário a continuação da votação, dentro do regimento, que a permitia, desde que não fossem discutidas as matérias. O senador paulista insistiu que os regimentos da Câmara e do Senado previam a votação, que só poderia ser interrompida por falta de quórum.

Odacir Klein, senador do PDS de Roraima, contestou o líder peemedebista, desmentiu que o regimento permitisse a votação e pediu que os atos fossem enviados ao presidente da Comissão de Sistematização. Desrespeitado o regimento, frisou o senador, toda a Constituinte estaria "maculada". O líder do governo, Carlos Sant'Anna, abandonou nesse momento sua neutralidade e disse ao presidente da comissão, deputado Edme Tavares (PMDB-PB), que prosseguisse a sessão por decisão política, sem tentar adaptá-la ao regimento. "E que não se fique argumentando que a decisão é regimental, porque regimental não é" — afirmou Sant'Anna.

"TRAÍÇÃO"

Acabou vencendo a corrente de opinião ligada à esquerda, contra os demais parlamentares que se diziam "traídos" pelo descumprimento dos acordos de votação. Uma dessas "traições" ocorreu na votação de um dos temas mais polêmicos, a estabilidade imediata no emprego. Os parlamentares ligados ao deputado Max Rosenman (PMDB-PR) acertaram com a corrente do PT e a do senador Ronan Tito (PMDB-MG) aprovar os termos do relatório, desde que se ampliase a jornada de trabalho para 44 horas semanais, e não 40, como fixou Almir Gabriel. Em contagem antecipada, o deputado Domingos Leonelli confirmou 34 votos a favor da estabilidade, independentemente da posição de Rosenman e de seu grupo.

A estabilidade foi aprovada por consenso, uma vez que o acordo não foi desfeito. O grupo que concordou com a proposta acabou enganado quando se manteve a jornada de 40 horas semanais, ao contrário da promessa feita anteriormente.

Foram aprovados por unanimidade os artigos referentes a participação nos lucros ou nas ações das empresas; proibição da hora extra, exceto em casos de emergência ou força maior, com remuneração em dobro; proibição de intermediação remunerada (leasing) da mão-de-obra permanente, temporária ou sazonal; aposentadoria sem definição do limite de idade ou tempo de trabalho; reconhecimento das negociações coletivas de trabalho e obrigato-

riedade da negociação; direito à greve, sem interferência do poder público ou judicial, mantida a restrição à greve nos serviços essenciais, mas os próprios trabalhadores é que definirão a oportunidade da greve e as providências que deverão tomar para assegurar a continuidade dos serviços à população; e, ainda, entre outras medidas, o seguro-deseemprego, com gestão tripartite, incluídos os trabalhadores.

MANOBRAS

Logo depois da aprovação da emenda de reforma agrária, a votação em bloco foi substituída pela nominal, a pedido do deputado Max Rosenman e seus aliados. Eles tentavam atrasar os trabalhos pelo não-cumprimento do acordo que haviam feito com o PT e com Tito. Os parlamentares defensores do substitutivo Almir Gabriel passaram a buscar alternativas para vencer a falta de tempo. Decidiram, então, retirar suas emendas e seus destaques, que somavam 2.243 propostas, além de o PT ter proposto cancelamento de todas as propostas com menos de quatro assinaturas.

Prevaleceu o relatório da comissão, pelo qual a organização sindical, por exemplo, passa a ser livre e autônoma, com a proibição de mais de uma entidade sindical por território; as ações de saúde são públicas, cabendo ao Estado sua regulamentação, execução e controle. O presidente Edme Tavares disse, no encerramento: "Venceu sobretudo a democracia".